

DOIS QUADROS DA DESORDEM: A MUDANÇA DO DISCURSO MÉDICO SOBRE EPILEPSIA 1859-1905.

Aluno: Leonardo Martins Barbosa
Orientadora: Margarida de Souza Neves

Introdução

Esta pesquisa se insere no projeto *Ciência e Preconceito: uma história social da epilepsia no pensamento médico brasileiro (1859-1906)*, que pretende, por meio da análise do discurso médico sobre a epilepsia na temporalidade estipulada, contribuir para o conhecimento da história social desta doença e, por este viés, da história da sociedade brasileira. A especificidade deste trabalho reside na análise, através de teses e artigos produzidos pelo corpo médico, das relações que a medicina procura estabelecer com as famílias brasileiras e com o Estado em dois momentos históricos distintos: a década de 1870, quando o Estado Imperial começa a entrar em crise, e os últimos anos do século XIX e primeiros anos do século XX, início do período republicano no Brasil.

Objetivos

Os objetivos centrais deste trabalho são: 1) verificar como as teses médicas sobre epilepsia dos anos de 1870 revelam as relações que a *cidadela letrada* [1] da medicina estabelece, ou pretende estabelecer, com as famílias, ricas e pobres, da sociedade brasileira e com o Estado em um momento de transformações significativas da sociedade imperial; 2) relacionar as mudanças do discurso médico sobre a epilepsia no período da virada do século XIX para o XX às transformações das relações sociais, mais do que às mudanças científicas no tratamento dos *epiléticos*; 3) analisar criticamente os debates acadêmicos sobre as relações entre o médico, o Estado e a sociedade, do qual participam autores como Foucault e Angel Rama, de modo a contribuir com uma visão historicizada destas relações.

Metodologia

A metodologia deste trabalho consiste na análise do discurso médico sobre a epilepsia em dois momentos distintos da história do Brasil. Primeiro, a década de 1870, quando um grande número de teses sobre epilepsia são defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Esses trabalhos se inspiram na tese pioneira na abordagem da doença no Brasil, e de autoria do médico Pinheiro Guimarães, defendida em 1859 por ocasião de um concurso para lecionar na faculdade, e que pode ser analisada a partir das relações e da posição deste médico na sociedade imperial. Desta forma, podemos articular a tese aos conceitos de *Estado, Casa e Rua* [2]. Ou seja, Pinheiro Guimarães, membro da elite médica deste período, procura construir uma ponte entre o *Estado* e a *Casa* (as grandes famílias proprietárias) ao longo do processo de expansão do Estado Imperial no chamado Tempo Saquarema, constituindo, assim, junto a seus pares, um anel de proteção do Estado, uma *cidadela letrada* na acepção de Angel Rama. A permanência deste modelo de tese ao longo da década de 1870 é um indício do significado e da função do médico na sociedade, uma vez que este era, institucionalmente, atrelado ao Estado Imperial.

A partir desta dupla crise – a da sociedade imperial e a da função social e política do médico – verificada a partir das teses e de uma leitura do processo histórico vivido pela sociedade brasileira dos anos de 1870, o discurso da ordem é reconstruído, e começa a tomar forma dentro do discurso médico-científico ao longo da década de 1880 e, com mais nitidez, em meados da década de 1890 e início do século XX. A reconstrução do discurso médico, e

portanto, de sua posição na sociedade e sua relação com outros agentes sociais, acompanha a lenta rearticulação das oligarquias regionais em torno do Estado republicano, cujo grande palco é o Rio de Janeiro.

A transformação das teses neste período é profunda, e modifica o aparente marasmo do primeiro conjunto de documentos analisados. Ao navegar pelas novas correntes de pensamento científico, como o *darwinismo social* e o *positivismo* [3], os médicos do final do século procuram atuar sobre a sociedade sustentados pela autoridade da ciência, para que pudessem participar da construção da nação em direção ao progresso. São recorrentes os apelos ao poder público para que este aceite uma intervenção médica cada vez maior, não só dentro do Estado como também, através dele, no universo privado da sociedade brasileira. Afrânio Peixoto que estabelece uma relação direta entre epilepsia e crime [4], e Juliano Moreira, cujo artigo publicado em 1905 exige do poder público a criação de colônias para epiléticos, são dois importantes autores a serem analisados. O artigo de Juliano Moreira foi definido como marco final da delimitação desta pesquisa, pela consistência de sua argumentação. A segunda parte da pesquisa, portanto, se constitui da análise do discurso destes médicos e dos novos paradigmas que propõem.

Conclusão

O estudo desses dois momentos históricos e das diferenças entre os dois, ao por em evidência a relação médico/família/Estado, permite algumas conclusões. A maneira como o discurso médico se apresenta durante o período imperial revela uma forte ligação entre a medicina e os grupos dominantes do Império, analisados a partir dos conceitos de *Casa* e *Estado*. O doente de epilepsia sofre uma série de preconceitos no discurso médico, que encarrega a família proprietária de garantir a sua exclusão do espaço público. A ausência de referências a famílias populares nas teses mostra a distância entre o corpo médico e os *epiléticos* do mundo da *Rua*, estigmatizado pela idéia de desordem. Esta idéia reforça a distância entre esses mundos assim como, a exclusão do doente dentro do universo privado da família rica, já que a desordem, associada à doença, não deve entrar no mundo da *Casa*.

A falência desta lógica e as transformações da sociedade brasileira levam os médicos a construir uma nova posição na virada do século: levar a ordem do Estado para dentro de espaços sociais com os quais este médico não havia ainda construído pontes sólidas. Desta forma, a relação do corpo médico com os meios populares ganha um contorno autoritário em um momento que o Estado apresenta novas necessidades relacionadas à reconstrução de uma ordem social excludente, agora sob um Estado dito republicano.

Do ponto de vista teórico, é importante ressaltar que a relação entre *médico*, *Estado* e *família* se articula intrinsecamente ao período histórico em questão. O caráter autoritário da relação entre médico e família, por exemplo, difere nos dois momentos estudados. Para ser entendido, este caráter deve ser contrastado com o processo histórico vivido. Estas transformações afetam também a maneira como esses três sujeitos históricos se relacionam, de modo que esta relação não pode ser estudada fora de uma experiência histórica concreta, que irá redefinir identidades, atuações e posturas destes três agentes, perante si mesmos e perante a sociedade brasileira como um todo.

Referências

- 1 - RAMA, Angel. **A Cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- 2 - MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 5 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- 3 - SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- 4 - NEVES, Margarida de Souza. **Pela Saúde da Nação: o pensamento médico sobre epilepsia e a construção da ordem no Brasil**. MIMEO, 2006.